

Trabalho Encomendado - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política da Educação Superior

Educação e Ciência após 2018: neoliberalismo extremo e guerra cultural

Roberto Leher •

Resumo: O artigo analisa políticas educacionais e de ciência e tecnologia após 2018, considerando as interações entre preceitos da guerra cultural e medidas neoliberais extremas que estão sendo implementadas. Realiza o inventário por meio de estudos acadêmicos, levantamento e análise de emendas constitucionais, leis, decretos e, também, de sítios especializados (Supremo Tribunal Federal, grupos de pesquisa, partidos etc.) e de matérias que circularam na imprensa. Os estudos corroboram a proposição da indissociabilidade entre as duas dimensões, guerra cultural e neoliberalismo extremo, porém, nos casos da educação e da área de ciências, a pesquisa evidencia as acentuadas particularidades da agenda ideológica que possuem força material com a redução estrutural dos orçamentos das mencionadas áreas.

Palavras-chave: Políticas educacionais, universidade, ciência e tecnologia, guerra cultural, neoliberalismo.

Todo trabalho acadêmico expressa o ‘espírito da época’ de sua produção, especialmente considerando nexos entre ciência, neoliberalismo e guerra cultural no governo Bolsonaro. Nos dias de hoje, abertamente de ofensiva neofascista e autocrática, em que a aparência da longa duração parece se limitar a semanas, quiçá a dias, dificilmente um estudo deixará de estar pleno de incertezas e, o que é um desdobramento, de elementos fragmentários, sobrepostos, enigmáticos. Ao tentar “tornar pensável” a realidade brasileira de 2021 é provável que o texto ilumine aspectos que, no futuro, se revelem pouco relevantes, tendências que não se adensaram no tempo; inversamente, questões que o texto pouco valorizou, ou mesmo ignorou, podem assumir imensa relevância. Escrever sobre processos em curso sempre envolve riscos. Nestes tempos insólitos, o esforço é buscar formas de investigação e análise que combinem interpretação histórica, conceitos e categorias que contribuam para superar a confusão entre o que são espumas dos acontecimentos e o que

• Roberto Leher, Prof. Dr. Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do CNPq. Atua no Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação- COLEMARX. Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (julho de 2015 a julho de 2019) Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>.

são seus veios profundos, combinando aportes teóricos e o máximo de empiria ativamente buscada e sistematizada.

Este texto foi redigido para instigar debates, reflexões, agendas de estudo, em um público de especialistas e investigadores, organizados em torno do tema "Política de Ensino Superior" da ANPED. Em função dos interlocutores, o texto apresenta breves indicações sobre formas de interpretação do contexto das políticas de ciência, tecnologia e ensino superior que, por serem conhecidas, serão apenas esboçadas para dar sentido ao estudo.

O texto apresenta rápidos aportes sobre o contexto de expansão da pós-graduação e da pesquisa na ditadura empresarial-militar; desenvolve a proposição da convergência de fundamentalismos, abordando: i) a guerra cultural, resgatando experiências do fascismo nas quais a lógica da guerra ao dito marxismo cultural foi consolidada e ii) as medidas contrarreformistas do neoliberalismo extremo que instituem o fim das cláusulas sociais da Constituição Federal de 1988; a seguir, discute a ofensiva da guerra cultural e do estrangulamento orçamentário como tática de desmanche das universidades e, na última seção, sugere itens para uma agenda alternativa.

I – Breves apontamentos sobre a expansão da pós-graduação na ditadura empresarial-militar

Os fundamentos do capitalismo dependente, a forma *sui generis* de revolução burguesa no Brasil, e a autocracia burguesa, compreendidos aqui com base em Florestan Fernandes (1968/1981; 1975/2008), tornam a universidade brasileira uma instituição construída à contrapelo. As relações de classes que conformam o capitalismo dependente explicam o fato de que a heteronomia cultural é um traço profundo e estrutural destas instituições e das suas congêneres que compõem o sistema de ciência e tecnologia no Brasil. Isso não significa que tenha inexistido movimentos e iniciativas para enfrentar a situação de heteronomia. O movimento genuíno de reforma universitária que ganhou força no ambiente político e cultural dos primeiros anos da década de 1960, a exemplo da constituição da Universidade de Brasília por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, transtornou a cátedra, iniciativa também presente na UFBA, e que contou com a fermentação da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil. Os estudantes realizaram na Bahia o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, 1961, e, de maneira mais sistemática, o II Seminário em Curitiba, no ano seguinte, fortalecendo a agenda da reforma. Entretanto, estas experiências foram

drasticamente destroçadas – grande parte de suas lideranças foi cassada, a UNE foi proscrita e o governo ditatorial empreendeu uma série de ações para reformar, a seu jeito, as universidades, a exemplo da regulamentação da pós-graduação em 1965. O corajoso movimento estudantil da hoje denominada “Geração de 1968”, a despeito de importantes mobilizações, não poderia ser a vanguarda dirigente do processo, visto que, como lembra Fernandes (2020), poucos docentes se somaram a essas lutas, especialmente após o AI-5/1968 e mesmo os estudantes foram cerceados pelo Decreto-Lei 477/1969, além disso, a repressão sobre os sindicatos fora severa. Concomitantemente, a *intelligentsia* contrarrevolucionária nas universidades, ancorada na ditadura empresarial-militar, ditou os seus termos, resultando em uma reforma universitária consentida (FERNANDES, 2020; LEHER, 2018).

Uma questão intrigante é que poucos estudos sistemáticos se dedicaram a investigar, a fundo, o modo como a ditadura ampliou os programas de pós-graduação e reorganizou de modo profundo o sistema de ciência e tecnologia (LEHER e SILVA, 2014). Em 1964, existia menos de cinquenta programas de pós-graduação estrito senso; em 1985, alcançaram o impressionante número de 1116 programas. É pouco lembrado que a expansão foi coetânea do deslocamento dos órgãos de fomento para âmbitos externos às universidades, consolidando uma heteronomia fundamental. O aparato de ciência e tecnologia foi transferido para o âmbito da SEPLAN e ‘o financiamento à pesquisa foi induzido pelo governo por meio de linhas de pesquisa prioritárias estabelecidas pelos PBDCT e, após 1980, por meio de editais ainda mais específicos.

Em decorrência dessas transformações, problemáticas muito relevantes deixaram de compor a pesquisa universitária, sobretudo os grandes esforços de interpretação da realidade brasileira. Questões como o polissêmico subdesenvolvimento, os determinantes da pobreza e da desigualdade social, o desenvolvimento desigual do território, os obstáculos e as raízes da “demora cultural”, a geografia da fome, a reforma agrária, entre tantas outras grandes problemáticas foram ‘desincentivadas’ pelo *mainstream* acadêmico da chamada modernização conservadora, situação que objetivou, com significativo êxito, a despolitização das universidades. O esvaziamento do pensamento histórico-social brasileiro alterou a valoração acadêmica e simbólica dos métodos de pesquisa, inicialmente com base na doutrina do desenvolvimento com segurança, posteriormente, no final dos anos 1970, com a valoração positiva dos métodos que restringem a cientificidade aos estudos de “fatores” específicos, enaltecendo a focalização de aspectos mensuráveis e singulares ou, então, de fenômenos de

grande escala, mas, nestes casos, por meio de abordagens quantitativas multifatoriais que pouco interpelam a teoria e as análises históricas.

Em seu extraordinário Prefácio à 2ª Edição de “Universidade Brasileira: reforma ou revolução?” Florestan Fernandes vai direto ao ponto:

A revolução democrática emergente nunca se ligará às necessidades educacionais da maioria e aos interesses da Nação como um todo se não tivermos a coragem exemplar de varrer a obra do regime ditatorial, que resultou de um conluio do espírito conservador com o controle imperialista de nossa vida cultural, como se poderá atestar através da comissão MEC-USAID e dos dois decretos tutelares do Marechal Castelo Branco. O que indica que as lutas travadas nos idos do fim da década de 1960 não estão mortas. Elas fornecem o lastro que poderá suportar a nossa avançada para diante, engatando a revolução democrática emergente à reconstrução da universidade que deverá servir ao Brasil no século XXI. (FERNANDES, 1978/2020, p.39)

A obra do regime ditatorial não foi varrida. A “redemocratização” foi erigida a partir dessa obra e isso tem consequências muito importantes para a vida universitária de hoje. Dois exemplos permitem dimensionar a permanência da obra da ditadura: a escolha de reitores pelo presidente da República, antes por listas sêxtuplas e, desde 1995, por listas tríplexes, mas sempre como prerrogativa presidencial: das 51 nomeações de reitores possíveis no mandato de Bolsonaro, apenas 35% foram legitimados por suas comunidades (LEHER, 2021b), e o modelo heterônomo de financiamento à pesquisa e às próprias instituições (LEHER e SILVA, 2014). O ativismo governamental nas diretrizes, linhas de pesquisa e programas prioritários não foi superado, ao contrário, passou a ser concebido como algo natural e desconexo com a autonomia universitária. Desse modo, pilares estruturais hauridos da doutrina da Constituição (definições orçamentárias, bases e fundamentos da autonomia de gestão financeira, administrativa e patrimonial) que deveriam ter sustentado a brilhante elaboração do artigo 207 da Constituição, por não terem sido erigidos, hoje inviabilizam o efetivo gozo do preceito constitucional. Contraditoriamente, a criação do MCT, em 1985, nos estertores da ditadura, em que pese sua inegável positividade, pois institui, no aparelho do Estado, um nicho para tratar das políticas do setor, concorreu para a banalização do fato de que a pesquisa realizada nas universidades é decidida, em última instância, por um aparato externo que pode ter maior ou menor conexão com as universidades. Em períodos formalmente mais democráticos, ocorre um trânsito entre o aparato de ciência e tecnologia e a universidade, assegurando relativo protagonismo das universidades. O problema é que, em um contexto de aprofundamento da autocracia, a heteronomia assume novas feições.

Como é possível observar nos dias de hoje, as políticas de ciência e tecnologia fazem parte da guerra cultural: da agenda “anticomunista” e “anticlimatista” à ivermectina e à cloroquina.

Em suma, em virtude das “amarras” que as prendem ao passado ditatorial (em decorrência da permanência do capitalismo dependente), as universidades públicas não gozam da proteção constitucional com o alcance previsto no artigo 207. E, com isso, o governo Bolsonaro tem efetivado intervenções nas reitorias, pressiona as instituições a não escolher candidatos de esquerda, instaura programas retrógrados e deletérios, como o Future-se, o Reuni Digital, altera a formação de professores e instaura um arrocho orçamentário sem precedentes. Faz ataques sistemáticos aos servidores, aos cientistas, à ciência, aos estudantes e às políticas tênues de democratização da universidade (concebendo cotas como uma expressão do vitimismo). É nesse ambiente que as universidades estão enfrentando a guerra cultural.

III - Quando os fundamentalismos se encontram e se interpenetram

O campo universitário e todas as áreas científica, artística e cultural foram deslocadas para o teatro de operações da “guerra cultural” (THOMPSON, 2010; LEHER, 2020a; 2021b), compreendida aqui a partir de suas raízes no nazismo (como combate ao chamado marxismo cultural)¹ e em sua reapropriação pela extrema direita brasileira, inicialmente de cariz militar. Limites de escopo exigem que o artigo coloque em destaque como a concepção estratégica da guerra cultural chegou ao governo Bolsonaro e aos atos de seu governo.

A metáfora militar não é casual. No Brasil, o tema da guerra cultural foi abraçado por segmentos militares que compreenderam que a derrota da ditadura empresarial-militar também foi ideológica. Conforme Ishibahi (2019), a apropriação nacional da guerra cultural se deve em grande parte ao general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho que dirigiu o Centro de Informações do Exército (CIE) no final dos anos 1980. Foi este aparato que elaborou, com protagonismo do tenente-coronel Romeu Antônio Ferreira, o livro de referência da ditadura, Orvil (1985-1988), a base do livro *Rompendo o silêncio* do torturador Brillhante Ustra, no qual a questão da guerra cultural é incorporada na doutrina estratégica.

autor de livros como *Revolução gramscista no Ocidente* e *Cadernos da liberdade*, que vociferam um raivoso anticomunismo. (...) o general Avellar Coutinho defendeu que Fernando Henrique

¹ Os nexos com o nazismo são abordados de modo rigoroso por Iná Camargo Costa, *Marxismo cultural, um fantasma ronda a história*. Outra História, 4/10/19. Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/marxismo-cultural-um-fantasma-que-ronda-a-historia/>, acesso em 25/07/21.

Cardoso, em 1994, seria um representante do MCI, que seria um pretense Movimento Comunista Internacional. (Ishibashi, 2019).

Nos termos do general Coutinho,

“[...] a reforma intelectual e moral que Gramsci recomenda como instrumento da luta pela hegemonia no seio da sociedade civil já produziu efeitos muito mais profundos e danosos no Brasil do que se poderia imaginar. Em trinta anos de atuação, os intelectuais orgânicos, os neomarxistas de linha gramscista, conseguiram obter uma conformação, involuntária e despercebida, do senso comum dos integrantes da sociedade nacional às ideologias intermediárias e às palavras-de-ordem das esquerdas. Aceitação passiva do que se estabeleceu ser ‘politicamente correto’. [...] O objetivo intencional desta penetração cultural é a mudança do senso comum burguês ligado às tradições históricas, morais e culturais da sociedade nacional”. (Coutinho, apud ISHIBASHI, 2019).

Na interpretação de Avellar Coutinho e do CIE, por meio da apropriação de Gramsci, “os líderes subversivos passaram a buscar o domínio das instituições culturais e da educação”. Pretendiam assim criar uma contra hegemonia social, viabilizando as transformações que permitiram a conquista do poder e a modificação da estrutura vigente”². Desse modo, foi a partir da extrema direita militar que o ideário que sustenta o ‘bolsonarismo’ ganhou um *corpus* doutrinário, conjugando anticomunismo e antissecularismo que destruiria os valores da cultura ocidental cristã (por meio do politicamente correto).

As ideias do general Avellar Coutinho, Villas Boas, Sérgio Etchegoyen e outros foram impulsionadas pela chegada de Donald Trump ao poder. Investido de uma retórica colocada em circulação por Steve Bannon, um dos ideólogos da extrema direita “descolada”, Trump significou uma renovação do léxico da guerra fria.

Seu porta-voz mais eloquente é Steve Bannon (ALEXANDER, 2018), o publicista da ‘direita alternativa’ dita populista e que fornece as bases discursivas do autointitulado filósofo que guia o clã familiar Bolsonaro. Bannon, ex-vice-presidente da Cambridge Analytica, “concebe a ‘Guerra Cultural’ como um meio de criar mudanças duradouras na política americana, testemunhou Christopher Wylie, que diz que informações sobre dezenas de milhões de usuários do Facebook acabaram nas mãos da Cambridge Analytica” (HOSENBALL, 2018) (LEHER, 2020a, p. 109).

A conexão de Bannon com o agrupamento familiar Bolsonaro é verbalizada pelo filho que assume o papel de ideólogo do grupo familiar. Em novembro de 2018, o deputado Eduardo Bolsonaro declarou que Bannon era um “ícone no combate ao marxismo cultural”³.

² Lucas Pedretti, Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura Agência Pública, 30/08/2021, <https://racismoambiental.net.br/2021/08/30/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/>, acesso em 02/09/21.

³ Da Redação. Veja as ligações do clã Bolsonaro e Bannon, ex-estrategista de Trump preso, Metrópolis, 20/08/2020, <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/veja-as-ligacoes-do-cla-bolsonaro-e-bannon-ex-estrategista-de-trump-preso>, acesso em 9/9/21.

De fato, Bannon é um dos mais bem sucedidos publicistas de proposições que têm raízes no nazismo e no fascismo italiano, rejuvenescendo a guerra cultural por meio de sua difusão nas redes.

Bannon demonstra estar consciente de que somente conquistaria posições importantes em prol da extrema-direita na guerra cultural se os pilares do Iluminismo fossem debilitados ou, idealmente, destroçados. As ideologias da extrema-direita não podem vicejar em contextos em que os sujeitos fazem uso autônomo e crítico da razão, como propugnado por Kant em sua definição de Iluminismo. A ciência é uma expressão da secularização da vida social e, ao mesmo tempo, é uma força motora da secularização e da laicidade. Por isso, o ideólogo da *alt-right* inseriu em sua concepção estratégica não a refutação dos conhecimentos científicos, um empreendimento inexequível, mas um método baseado no confronto sobre o próprio lugar da razão, mirando, como no fascismo, os cientistas e acadêmicos de um modo geral, qualificados como sujeitos de um mundo degenerado, contra os valores ocidentais, anticristãos e, a partir daí, desqualificando a própria ciência. A sua síntese é densa e plena de potencialidades para a “fascistização” do mundo: a ciência é tão somente uma ficção verbal. Se o consenso científico sobre uma dada matéria está consolidado, Bannon afirma: ok, mas tenho convicção (que, por suposto, não serão apresentadas) de que isso não está certo. Tal *modus operandi* é conhecido do público brasileiro: em relação ao consenso científico sobre a inadequação da cloroquina e da ivermectina, o presidente afirma: “Os que criticam o tratamento precoce são canalhas” (quando negam a cloroquina)⁴. “Sou a prova de que funciona. Eu tomei o medicamento e nem senti a Covid”.

Desse modo, uma tática da guerra cultural é equiparar fatos cientificamente estabelecidos às opiniões pessoais. Essa é a porta para o irracionalismo. Do ponto de vista dos objetivos da extrema-direita, a doutrina propagada por Bannon tem consistência interna: ataca os valores da revolução francesa e do Iluminismo e, aqui, há uma forte convergência com o pensamento neoliberal de Hayek.

Com efeito, para os neoliberais a liberdade não pode sucumbir no altar da igualdade social e do construtivismo estatal. A busca da igualdade, neste prisma, sacrifica a liberdade dos indivíduos no mercado. Para Hayek, quando o construtivismo social, por meio do Estado, estabelece medidas para atenuar as desigualdades está, na verdade, atuando contra a

⁴ Mateus Maia. Bolsonaro diz que quem critica tratamento sem dar alternativa é canalha. Poder 360, 10/04/2021, <https://www.poder360.com.br/coronavirus/bolsonaro-diz-que-quem-critica-tratamento-sem-dar-alternativa-e-canalha/>

liberdade e, por isso, sacrifica os próprios fundamentos da ordem liberal. A harmonia entre a guerra cultural e o neoliberalismo, nesse prisma, é completa (HAYEK, 1998).

É a partir desse duplo lastro (militar, a seguir, influenciado por Bannon) que o dito filósofo Olavo de Carvalho difundiu as expressões “marxismo cultural” e “gramscismo” por meio das redes sociais. Nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, foram seus discípulos que ocuparam o MEC, convertendo-o em uma trincheira da guerra cultural. Ofensivas como os expurgos de livros na Fundação Palmares, os ataques sistemáticos às universidades e ao próprio campo científico fazem parte de uma doutrina: não se tratam, apenas, de cortes orçamentários conjunturais, mas de investidas orientadas por uma lógica estratégica, a já muito citada guerra cultural.

A partir dessa confluência de fundamentalismos, os soldados da guerra cultural incidem contra a secularização da vida social, em especial, contra a laicidade, o uso autônomo e crítico da razão (Kant) e a perspectiva educacional de formar cidadãos insubmissos (Condorcet). Como parte dessas investidas, a extrema-direita erige outro alvo estratégico: o combate ao antirracismo (um “vitimismo”), à crítica ao patriarcalismo (a destruição da cultura cristã), ao feminismo e à ideologia de gênero, expressões que a extrema-direita insere no rol do ‘politicamente correto’.

Como observa Luiz Eduardo Soares, está em curso um processo de cariz neofascista: o bolsonarismo realiza mobilização popular para destruição de “inimigos”, o que exige a construção imaginária do “inimigo”. Esse processo possui uma estética: imagens masculinas, brancas, “arminhas” em riste, uniformes militares e vestes policiais, rituais do leite, imagens que aludem ao universo religioso e aos “bem-sucedidos”. Esse inimigo construído é demoníaco e deve ser exorcizado. Nesse sentido, salienta Soares, a demanda por segurança é de ordem ontológica. Não se esgota na ordem pública, mas a contém. Frente ao movimento libertário e democrático que irrompeu nas últimas décadas (movimento de mulheres, negros, povos originários, LGBTQI+) que desestabiliza o patriarcalismo, o macho; que afronta o racismo; em que o gênero foi transgredido, e em que a sexualidade não necessita de referência estática, tudo isso com reconhecimento institucionalizado (reconhecimento da união civil de casais do mesmo sexo, Secretaria da Diversidade, Mulheres etc.) elevou a grau máximo as tensões sociais. Com isso, a extrema-direita logrou imenso auditório. O bolsonarismo cresceu prometendo o restabelecimento da ordem “natural”, por uma agenda que reverbera facilmente no senso comum, que pressupõe restaurar a ordem, na qual o homem volta a ser o macho, a mulher volta a ser mulher do lar, os negros são colocados em lugar subalterno,

tal como nas (ditas) expressões divinas.⁵ Essa pauta é sintetizada no combate ao politicamente correto.

A ciência, por conseguinte, não pode deixar de ser um alvo permanente. Na ótica da guerra cultural, é preciso forjar outro senso comum que esteja livre das objeções da ciência para que as teorias conspiratórias, o racismo e, mais genericamente, o darwinismo social (LEHER, 2020b) possam florescer. Cabe ressaltar, desse modo, que o objetivo da extrema-direita é modificar o senso comum popular, por meio de ações que têm sido propagadas como um populismo de direita. Não tem relação, portanto, com as proposições habermasianas de uma contenda em que prevalecem os melhores argumentos. Ao contrário: a ação política desta vertente recusa a própria noção de uma comunidade discursiva em que prevalece o uso da razão.

Um tema complexo, ainda opaco, é interpretar a mensagem de fundo da atual guerra cultural. É razoável propugnar que nem todos neoliberais são fascistas, entretanto, uma pergunta incomoda não pode deixar de ser abordada: a propósito da confluência de fundamentalismos aqui discutida, por que o bloco no poder se associou a esse movimento neofascista? Em confluência com outros estudos (MATTOS, 2020) é possível identificar mais do que analogias com o ideário fascista. Não se trata de um léxico parecido, nem, tampouco, de um uso adjetivado do fascismo, mas de características muito consistentes que atestam uma inequívoca aproximação com o fascismo, permitindo postular a existência de um processo de “fascistização” no país.

Aproximações da guerra cultural com as experiências fascistas

De forma sumária, com base em um estudo do autor sobre o tema (LEHER, 2020c), é possível encontrar muitas aproximações do bolsonarismo com o fascismo.

Como salienta, de modo sagaz, Guterman (2013), uma característica do nazismo é o que o autor denomina como a ideologia *völkisch* [folkisch] muito acentuada no século XIX, em que setores nacionalistas e pelo romantismo propugnavam uma unificação, ‘verdadeiramente’ nacional, popular, comprometida com o ‘verdadeiramente germânico’. O autor destaca como elementos centrais da cultura *völkisch*: o antimoderno, anti-intelectual,

⁵ Luiz Eduardo Soares: “O que está sendo subvertido é o poder, o patriarcalismo e o falocentrismo” CONGRESSO VIRTUAL UFBA 2021 | 09/04/2021 | Fernanda Caldas <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=19906>. Parte dos argumentos do presente paragrafo foi desenvolvida em reunião do Fórum 21, 11/09/21.

antirrepublicano e antilivre-pensamento. A convergência com a consigna “Brasil, acima de tudo; Deus, acima de todos” não é casual nem, tampouco, o anti-intelectualismo, a repulsa aos valores republicanos e à liberdade de cátedra que caracterizam o governo atual.

A mentira como método: Hitler, 1939, em discurso para os generais, explicitou: “Eu devo arranjar uma razão propagandística para começar a guerra, pouco importa que ela seja ou não plausível. O vitorioso não terá de explicar depois da guerra se ele contou a verdade ou não” (GUTERMAN, 2013, p.104). Como destacado por um estudo do jornal *The Washington Post*⁶, Donald Trump, em seu mandato, expressou aproximadamente 30.500 mentiras. Não foi possível encontrar um levantamento semelhante no governo Bolsonaro, mas certamente não fez feio diante de seu guru.

O homem ideal do regime totalitário é aquele que não distingue mais a realidade da ficção, o verdadeiro do falso.... A mentira era tão onipresente que, quando Hitler dizia a verdade, isto é, que pretendia eliminar os judeus, o público alemão não percebia, porque não estava preparado “para tamanho despropósito”, segundo Arendt. Só os simpatizantes remotos do nazismo acreditaram em Hitler quando ele jurou respeitar a legalidade ao assumir o poder. Os militantes sabiam que ele estava mentindo e esperavam isso dele. A admiração dos nazistas por Hitler crescia à medida que ele fosse capaz de contar mentiras cada vez maiores e de enganar cada vez mais pessoas. (GUTERMAN, 2013, p. 59-60)

A lógica do fascismo é, por isso, incompatível com a educação e a ciência. Em “Os Demônios”, Dostoievski antecipa o totalitarismo.

Não precisamos de educação, chega de ciência! Vamos eliminar o desejo: vamos espalhar a bebedeira, as bisbilhotices, a delação; vamos espalhar uma depravação inaudita; vamos exterminar todo e qualquer gênio na primeira infância. Tudo será reduzido a um denominador comum, é a plena igualdade. (*apud* GUTERMAN, 2013, p. 50-51)

Ainda acompanhando as importantes reflexões de Guterman, é possível colocar em relevo o lugar da universidade, da ciência, dos professores no contexto nazista:

Lagarde [ideólogo völkisch] via nas universidades alemãs um sinal da decadência moral do Reich, por falta de idealismo. O professor é a doença nacional alemã e os alunos ‘são sacrificados ao Moloch da falsa cultura. A ciência só é boa quando ajuda a superar as dúvidas sobre a visão cósmica e quando se torna auxiliar da ‘vontade’. O pensamento völkisch formulou uma noção de ‘verdade orgânica’ segundo a qual a verdade não faz parte do saber nem do intelecto, mas está no ‘centro misterioso do povo e da raça’. (Alfred Rosenberg) GUTERMAN, 2013, p.248).

⁶ Robert G. Kaiser. Faith that the truth can still defeat misinformation. *The Washington Post*, 9/7/21, Disponível em: https://www.washingtonpost.com/outlook/faith-that-the-truth-can-once-again-defeat-misinformation/2021/07/07/49382b80-d80d-11eb-bb9e-70fda8c37057_story.html

Mesmo um filósofo sofisticado teoricamente abraçou a ideologia nazista, justamente utilizando seus conhecimentos de filósofo para deslegitimar as universidades. Os excertos são precisos:

Heidegger defendeu que seus alunos abandonassem a liberdade acadêmica, porque ela significava desordem e ameaça ao Estado *völkisch*. Para o filósofo, a “verdadeira liberdade acadêmica”, dali em diante, seria aquela em que “os estudantes alemães se entreguem às novas leis promulgadas pelo movimento nacional-socialista”. Em sua visão, as universidades tinham uma “missão histórica” na construção do mundo tal como desenhado pelo nazismo, algo que elas fizeram sem pestanejar. A verdadeira comunidade (*Volksgemeinschaft*) não pensa; segue. É o que defendia Heidegger, com ardor. (GUTERMAN, 2013, p.244)

Para efetivar a harmonização da educação com o regime, os nazistas efetivaram forte controle do Estado sobre a área, associando-a à propaganda. Como preconizado por Goebbels, a propaganda só tem um objetivo: na política, é sempre a conquista das massas. “Todo meio que leva a esse objetivo é bom. E todo meio que se afasta desse objetivo é ruim” (GOEBBELS, *apud* KÖEHLER, 2019) . Desse modo, a boa propaganda é aquela que conduz ao êxito, não a inteligente, moral e verdadeira.

O exame detido das postagens de Bolsonaro e do denominado “gabinete do ódio” atestam, sobejamente, a confluência no método de difusão do ideário bolsonarista, acentuadamente convergente com o método de propaganda de Goebbels. Desse modo, é possível sugerir que os sistemáticos ataques à educação, à ciência, à universidade, à escola pública, às instituições de cultura não podem ser lidos como posturas obscurantistas, atrasadas, arcaicas, delirantes. Embora todas as qualificações sejam justas, é forçoso reconhecer que compõem um corpus doutrinário que tem raízes nas experiências fascistas e que, no presente, foram recontextualizadas, a exemplo do modo de agir de Steve Bannon que foram adaptados por Olavo de Carvalho, Simon Weintraub e demais dirigentes do Ministério da Educação, Secretaria da Cultura, MCTI etc. A recuperação de aspectos da ideologia subjacente à guerra cultural é um esforço necessário, e que precisa ser aprofundado, para que seja possível compreender os sistemáticos ataques a todo o espectro de esquerda, inclusive de setores críticos aos marxistas, mas, que, por professar um mundo laico, secular, passam a ser combatidos, a exemplo dos movimentos feministas, identitários, antirracistas, como apontado anteriormente.

IV – Neoliberalismo extremo, a outra face da guerra cultural

Como já indicado, o ponto de convergência doutrinário entre os neoliberais extremos e a guerra cultural é a reificação da liberdade, apartando-a da igualdade social. A presente e curta seção objetiva explicitar que a referida afinidade não é restrita ao plano das ideias, visto que possuem materialidade. Por meio de um curto inventário indicativo, é possível demonstrar as expressões materiais da ideologia.

Preliminarmente, o presente estudo sustenta que, embora o segundo governo Dilma Rousseff tivesse adotado muitos dos pilares da macroeconomia neoliberal, especialmente no período de Joaquim Levy, realizando drásticos e imensos cortes orçamentários as áreas de educação e ciência e tecnologia, discutidos na seção seguinte, o andar de cima sinalizou, com a conhecida agenda *Uma Ponte para o Futuro*, que a escala da doutrina de choque, para utilizar a expressão consagrada por Naomi Klein, não poderia ser levada adiante pela presidenta da República. Por isso, foi forjada uma impressionante coalizão em prol do golpe (MIGUEL, 2019), afinal efetivado em 2016. As medidas subsequentes, a Emenda Constitucional n. 95/2016, a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017), permitem delinear o significado profundo do golpe para os setores dominantes.

A análise do teor das medidas do governo Bolsonaro, listadas a seguir, corrobora a afinidade de seu governo com o movimento autocrático.

- a) medidas relativas aos direitos sociais e trabalhistas: contrarreforma da previdência (EC 103/2019), a mudança na forma de correção do salário mínimo, prejudicando o seu poder de compra; a MP 905 (Programa Verde e Amarelo) que retira direitos dos trabalhadores e promove desonerações dos patrões; no contexto da pandemia, a lei 14.020/2020, que permite suspensão dos contratos de trabalho, com redução de salários e da jornada de trabalho; o desmantelamento da fiscalização do trabalho; a flexibilização da fiscalização e tipificação do trabalho análogo à escravidão;
- b) medidas econômicas de repercussão geral: a PEC da Liberdade Econômica (convertida na lei 13.874/2019), destroçando ainda mais os direitos trabalhistas já aviltados pela reforma de 2017; a Emenda Constitucional n° 109/2021, que constitucionaliza de modo draconiano o ajuste fiscal, agravando as consequências da EC n° 95/2016; a PEC 32 da reforma administrativa
- c) medidas com repercussão socioambiental: o enfraquecimento do IBAMA, do ICMBio e do Fórum de Mudanças Climáticas, retirada dos representantes da sociedade civil do Fundo Nacional do Meio Ambiente;

- d) medidas conexas aos direitos humanos: desconstituição do Conselho Nacional LGBT; os ataques homofóbicos cotidianamente efetivados por membros do governo (fruto de famílias desajustadas, conforme o ministro da educação Milton Ribeiro) e pelo presidente; a celebração pública dos ‘CPF cancelados’; a defesa do poder branco; o genocídio dos povos originários (marco temporal, incentivo à mineração em territórios indígenas, ausência deliberada de proteção a saúde das populações, levando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e o Conselho Indigenista Missionário a denunciarem o governo Bolsonaro no Tribunal de Haia por genocídio.
- e) medidas para recrudescimento do aparato repressivo: o intento de assegurar a exclusão de ilicitude dos atos da Garantia de Lei e da Ordem e das polícias; as reiteradas defesas da ditadura, do AI-5 e do governo Pinochet; novas alterações da legislação antiterrorismo; e, ainda, os movimentos golpistas agravados em 2021, a exemplo das ameaças contra o STF, de mobilizar as forças armadas para implementar uma ditadura;
- f) medidas relativas à pandemia: ações do governo para efetivar a imunidade coletiva na pandemia, empreendendo uma política darwinista social que ampliou de modo genocida as mais de 600 mil mortes⁷.

Esse arrazoado, embora extremamente incompleto, confirma, categoricamente, que o intento de extinguir o conjunto dos dispositivos constitucionais relativos aos direitos sociais, aos direitos humanos, às questões socioambientais, aos direitos dos povos indígenas, não apenas é coetâneo, mas congruente com a agenda da guerra cultural.

V- Universidades, ciência e cultura no teatro de operações da guerra cultural

É forçoso reconhecer que a extrema-direita logrou movimentos bem-sucedidos no teatro de operações da guerra cultural. No governo Bolsonaro, os ministérios da Educação; MCTI; Cidadania; Mulher, Família e Direitos Humanos; Comunicações; Saúde; Meio Ambiente; Relações Exteriores (sobretudo no período Ernesto Araújo); Defesa e Economia,

⁷ Ver, especialmente, Pesquisa identifica estratégia do Executivo federal em atrapalhar combate à pandemia. <https://jornal.usp.br/atualidades/pesquisa-identifica-estrategia-do-executivo-federal-em-atrapalhar-combate-a-pandemia/>. Detalhes podem ser vistos no Boletim 13 Direitos na Pandemia. <https://cepedisa.org.br/publicacoes/>

acrescidos da Secretaria Geral da presidência, do Gabinete de Segurança Institucional, formam os principais *bunkers* que permitiram o governo agir a partir do próprio aparelho de Estado. Os próprios titulares são ardorosos soldados da guerra cultural, seja como militares (alta direção do MCTI, Defesa e Secretaria Geral, Gabinete de Segurança Institucional), seja como pastores e afins (MEC, Mulher, Família e Direitos Humanos), seja como representantes do neoliberalismo extremo (Economia), militantes “olavistas”, a exemplo de Weintraub e Nadolim. Os titulares da secretaria de Cultura e da Fundação Palmares, neófitos na guerra cultural, mostram todo ardor dos neoconvertidos para ganhar apoio nas hostes bolsonaristas. As áreas citadas estão, por conseguinte, sitiadas em várias frentes, entre as quais a estratégica frente orçamentária. É importante realçar que as iniciativas ideológicas não se encerram no etéreo mundo das representações sociais posto que possuem expressão material.

Evidentemente, todas as demais áreas poderiam ser incluídas nesse rol. Entretanto, é preciso sobressair que os campos da educação, da ciência, da cultura estão, todos, sob permanente e sistemático controle ideológico dos setores mais engajados na guerra cultural. Os atos simbólicos de celebração da guerra cultural abrange o expurgo de bibliotecas (Palmares), a tentativa de criação de um programa no canal Público TV Escola para Olavo de Carvalho inculcar os preceitos da guerra cultural (não conseguindo realizar o objetivo, Bolsonaro determinou o fechamento da TV Escola), até o incentivo ao uso de ivermectina, pelo MCTI e pelo ministério da Saúde, a sistemática ameaça aos professores, inclusive por meio de representações do Ministério de Justiça, a interferência ideológica no ENEM e no processo de nomeação de reitores, em aberta afronta à autonomia universitária.

No caso específico da educação, agora dirigido por um pastor da influente ala direitista dos presbiterianos⁸, está em curso um conjunto de medidas que alcança todas as principais dimensões da área, conforme levantamento não exaustivo, mas que corrobora a proposição axial do presente texto: a guerra cultural se interpenetra com a pauta econômica do governo. Sobre a afinidade com o presidente e os métodos de gestão antidemocráticos, o

⁸ Victor Farinelli, Ministro da Educação se mantém no comando de igreja em Santos, apesar de estar em Brasília - *Um mês depois de assumir o cargo, Milton Ribeiro continua tomando decisões e participando de cultos na igreja presbiteriana Jardim de Oração*. Revista Fórum, 15.08.2020, <https://revistaforum.com.br/politica/ministro-da-educacao-se-mantem-no-comando-de-igreja-em-santos-apesar-de-estar-em-brasilia/>. Ver também: Paulo Saldaña. Assessora de Milton Ribeiro defende 'princípios bíblicos' na educação, FSP, 25.08.2020, <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/08/assessora-de-milton-ribeiro-defende-principios-biblicos-na-educacao.shtml>. O ministro nomeou Inez Augusto Botelho para ocupar um cargo de assessoria no MEC, uma religiosa defensora da adoção de princípios bíblicos no ensino. Ela também é crítica a conteúdos de livros didáticos e à Base Nacional Comum Curricular.

ministro afirmou: “As políticas educacionais no Brasil são realizadas lá no gabinete do ministro e têm que vir em consonância com a visão educacional do senhor presidente da República.”⁹

O referido inventário toma como base textos do autor, na cronologia da Escola de Formação do PT¹⁰, na checagem dos principais jornais e no exame de leis, decretos e portarias, assim como de atos do poder Judiciário e da tramitação legislativa de projetos de lei.

Ministério da Educação no governo Bolsonaro

Para demonstrar o engajamento do MEC na frente ideológica da guerra cultural, o artigo pontua algumas ações que corroboram e esclarecem o teor das ações do titular da pasta.

Objetivando ampliar as trincheiras de adeptos da guerra cultural no Conselho Nacional de Educação, por meio de indicação do ex-ministro Weintraub, foi nomeado Tiago Tondinelli, que foi aluno de Olavo de Carvalho e chefe de gabinete do ex-ministro da Educação Ricardo Velez Rodriguez. O outro, Gabriel Giannattasio, professor de história da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Em artigo, Giannattasio, que nega ser bolsonarista ou olavista, já disse ser “impossível ignorar a importância do filósofo da Virgínia na cena cultural brasileira”. Também o assessor de um dos principais soldados da guerra cultural, William F. Cunha, foi nomeado, assim como o diretor-geral da Rede Batista de Educação, Valseni José Pereira Braga. Nomeações de perfil semelhante foram efetivadas na Câmara de Educação Superior, incluindo o reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Aristides Cimadon, próximo suficiente a Bolsonaro a ponto de ser lembrado como possível ministro da Educação, e o Ministro do Superior Tribunal Militar, José Barroso Filho, que foi juiz auditor da Justiça Militar¹¹. Como salientado por Saviani (2010), o Conselho Nacional de Educação (CNE) não poderia ser um órgão de governo, pois somente pode realizar suas missões como órgão de Estado, posto que deve examinar de modo crítico e isento inclusive medidas governamentais. Está evidente que Bolsonaro abriu importante

⁹ Luigi Mazza, O apagão. Revista Piauí, edição 179, ago. 21, <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-apagao/>

¹⁰ Escola Nacional de Formação do PT. Retrocessos do governo Bolsonaro, disponível em: <https://www.enfpt.org.br/retrocessos-do-governo-bolsonaro/>

¹¹ Flávia Said e Congresso em Foco. Sem ministro, governo nomeia olavista para o Conselho Nacional de Educação. Congresso em Foco, 10/07/2020. <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/sem-ministro-governo-nomeia-olavista-para-o-conselho-nacional-de-educacao/>

enclaves no CNE que irá dispor, entre outros temas, da implementação das BNCC e do Novo Ensino Médio etc.

Tal como nas experiências fascistas da Itália e da Alemanha, o governo procura difundir escolas militarizadas (cívico-militares), na perspectiva de formar sua base política e militar (LEHER, 2020c). Com efeito, o Manual das Escolas Cívico-Militares/ Regulamento das Escolas Cívico-Militares (2020) é explícito quanto ao controle dos conteúdos e à escolha dos livros didáticos e paradidáticos pela gestão militarizada. Poucos regulamentos são tão afrontosos aos princípios constitucionais da pluralidade de métodos pedagógicos, à liberdade de cátedra, de ensinar e aprender, permitindo um dirigismo militar sem precedentes sobre o ato de educar.

No mesmo diapasão, almejando interditar qualquer vínculo do MEC com o campo da educação popular, Bolsonaro dissolveu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e extinguiu a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA). Por meio do decreto nº 20.252 de fevereiro de 2020, reestruturou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extinguindo a Coordenação responsável pela Educação do Campo. “Assim, ficou inviabilizada a continuidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera, voltado para a formação de estudantes do campo”¹², que formou mais de 190 mil camponeses, da alfabetização ao ensino superior. Concomitantemente, empreendeu uma série de ofensas ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire, qualificado como “energúmeno” pelo presidente da República¹³.

Reforçando a aliança com as principais correntes evangélicas, o governo Bolsonaro, após ter protelado e tentado desidratar a nova versão do FUNDEB, tentou aprovar uma emenda que poderia repassar, anualmente, aproximadamente R\$ 16 bilhões para o setor privado, especialmente religioso, de acordo com uma estimativa feita pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação). Após a Câmara ter aprovado o texto base do novo FUNDEB, em novembro de 2020 (PL 4372/20), a bancada evangélica patrocinou uma emenda, com apoio do governo Federal, para desviar até 15% dos recursos do Fundo para escolas e

¹² Ana Carolina Caldas. Com fim do Pronera, Bolsonaro ataca educação dos povos do campo, Brasil de Fato, 28.02.20, <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/28/com-fim-do-pronera-bolsonaro-ataca-educacao-dos-povos-do-campo>.

¹³ Guilherme Mazui, Bolsonaro chama Paulo Freire de 'energúmeno' e diz que TV Escola 'deseduca', G1, 16/12/2019, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml>

institutos de ensino sem fins lucrativos vinculados a igrejas e credos religiosos e, também, ao Sistema S, já muito capitalizado¹⁴. Somente após muita pressão dos profissionais da educação, entidades do setor, parlamentares de diversas bancadas, MPF, o Senado derrotou a emenda, restabelecendo o texto pactuado originalmente na Câmara dos Deputados.

Na ocasião, a outra face da guerra cultural, o neoliberalismo extremo, sempre disposto a viabilizar o repasse do fundo público para o capital, não permaneceu inerte na área da educação. Em julho de 2020, o ministro da Economia, Paulo Guedes, com apoio de Milton Ribeiro, defendeu mudanças na proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga o FUNDEB para viabilizar a implementação do modelo de “voucher” na primeira infância, um tema recorrente que já fora introduzido no Decreto n 10.134/2019¹⁵, que dispõe sobre política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de educação infantil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e que foi objeto de seu discurso na *Mont Pelerin Society* (LEHER, 2020d). O ministro pretendia alocar R\$ 6 bilhões do Fundeb para a criação do referido programa de “vouchers”.¹⁶

Mantendo o foco nas ações governamentais congruentes com a guerra cultural, incidindo sobre a diversidade e os direitos humanos, em 30/09/20, o governo editou o decreto 10.502/2020¹⁷ que ‘Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida’. O objetivo de Bolsonaro, Damares e Ribeiro foi extinguir a política de inclusão de crianças com deficiências nas escolas públicas, retomando a política de segregação das pessoas com deficiências em instituições especializadas. A medida, por violar preceitos constitucionais, convenções da ONU e afrontar os direitos humanos, levou as principais entidades da área a se levantarem contra o decreto, mobilizando as bancadas de oposição e o judiciário. Em dezembro de 2020, por 9 votos a 2, o STF suspendeu o decreto. Mantendo acesa a cruzada contra os direitos humanos, em janeiro de 2021 Bolsonaro defendeu separar alunos com inteligência dos atrasados (alunos com deficiência):

¹⁴ Bolsonaro quer desviar dinheiro do Fundeb para escolas ligadas às igrejas. Revista Fórum, 9/10/2020, <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/bolsonaro-quer-desviar-dinheiro-do-fundeb-para-escolas-ligadas-as-igrejas/>

¹⁵BRASIL. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10134.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.134%2C%20DE%2026,Investimentos%20da%20Presid%C3%A2ncia%20da%20Rep%C3%ABlica.

¹⁶ Lauriberto Pompeu. Guedes tenta incluir voucher para educação em PEC do Fundeb. Congresso em Foco, 17.06.20, <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/guedes-tenta-incluir-voucher-para-educacao-em-pec-do-fundeb/>

¹⁷ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>

“O que acontece na sala de aula: você tem um garoto muito bom, você pode colocar na sala com melhores. Você tem um garoto muito atrasado, você faz a mesma coisa. O pessoal acha que juntando tudo, vai dar certo. Não vai dar certo. A tendência é todo mundo ir na esteira daquele com menor inteligência. Nivelar por baixo. É esse o espírito que existe no Brasil”.¹⁸

Explicitando a confluência da perspectiva do ministro presbiteriano Milton Ribeiro, MEC, que em entrevista à TV Brasil, no dia 10 de agosto, reiterou o darwinismo social do governo

“A universidade deveria, na verdade, ser para poucos”. Além disso, o ministro da Educação se colocou contra o que chamou de "inclusivismo" no caso de crianças com deficiência. Ele declarou que a criança com tal condição “era colocada dentro de uma sala de alunos sem deficiência. Ela não aprendia, ela ‘atrapalhava’ (...) ela atrapalhava o aprendizado dos outros”.¹⁹

O exame mais acurado do órgão do MEC que faz interseção com o sistema de ciência e tecnologia, por meio da pós-graduação, a CAPES, permite concluir que o alcance das investidas não se restringe à educação básica, abrangendo todo o sistema educacional. Com apoio da bancada evangélica e de Silas Malafaia²⁰, Anderson Correia dirigiu a CAPES nos primeiros meses do governo Bolsonaro, mantendo o órgão relativamente afastado da guerra cultural. Correia foi reitor do ITA e tinha familiaridade com os códigos da vida universitária. Com a queda de Vélaz como ministro da Educação, o seu nome foi defendido para assumir o MEC pelos evangélicos, porém prevaleceu a indicação de Olavo de Carvalho: Abraham Weintraub. No final de 2019, Anderson Correia reassumiu a reitoria do ITA. Bolsonaro nomeou, então, o reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Benedito Guimarães Aguiar Neto como presidente da CAPES. Para júbilo da bancada evangélica, o nomeado é criacionista e agente da guerra cultural. Um dos seus primeiros atos foi editar a Portaria 34, de 9/03/20, que alterou, unilateralmente, os critérios de distribuição das bolsas. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROF) denunciou que a medida iria “ocasionar severa perda de bolsas nos nossos programas de pós-graduação”(2020).

Benedito Guimarães foi o autor da revogação das políticas de inclusão racial na pós-graduação, medida assinada em 18 de junho de 2020 como último ato do então ministro

18. Sarah Teófilo. Bolsonaro diz ser favorável a separar alunos inteligentes de "atrasados". Correio Brasiliense, 6/01/21, <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4898782-bolsonaro-diz-ser-favoravel-a-separar-alunos-inteligentes-de-atrasados.html>

19 CE ouvirá Milton Ribeiro sobre declarações relacionadas à universidade e à educação inclusiva Agência Senado, 14/09/2, https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/14/ce-ouvira-milton-ribeiro-sobre-declaracoes-relacionadas-a-universidade-e-a-educacao-inclusiva?utm_campaign=noticias&utm_medium=WebPush&utm_source=senado-noticias

20 Renata Mariz e Gustavo Maia, Um ministro a prêmio. O globo, n. 31267, 16/03/2019. País, p. 10, <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/558227/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>

Weintraub que se deslocou para os Estados Unidos para evitar as consequências dos processos no STF²¹. O fato de ter sido obrigado a recuar na medida, após questionamento do STF, não elide a relevância do ato do presidente da CAPES. Seguindo a linha da estratégia política do governo Bolsonaro, em abril de 2020 foi nomeado como novo diretor de Avaliação da CAPES, um cargo extremamente estruturante de toda ação do órgão, Marcelo Hermes-Lima, professor da UnB, que gravou vídeo onde confessou seu amor ao presidente Bolsonaro. Hermes-Lima faz parte de um grupo de professores universitários bolsonaristas que lançou, em julho de 2019, uma associação para concorrer com o ANDES-SN, o movimento Docentes Pela Liberdade (DPL), em defesa das pautas conservadoras²².

Buscando fragilizar as agências de fomento à ciência e tecnologia e os nexos destas com a educação, o governo Bolsonaro chegou a elaborar, ainda no final de 2019, um rascunho de medida provisória que iria promover uma fusão do CNPq com a CAPES, enfraquecendo ambos²³.

Em abril de 2020 o cerco foi ainda maior. Por meio de chamada pública, o CNPq anunciou que estavam proibidas bolsas de iniciação científica para as áreas de Humanidades, Artes e Ciências Sociais, objetivando destinação exclusivamente para as tecnologias prioritárias²⁴, novamente gerando protestos da SBPC, ABC, reitores das três universidades estaduais paulistas, entre outros. Um ano mais tarde, em abril de 2021 ocorreu nova mudança na CAPES, porém sem alteração da localização do órgão como um dos *bunkers* da guerra cultural. Foi nomeada para o cargo Cláudia Mansani Queda de Toledo que, conforme os reitores das universidades estaduais paulistas, não possui credenciais e qualificação acadêmica para o cargo. Sua dissertação de mestrado contém indícios de plágio da Wikipedia²⁵. A nova presidente fez doutorado no Centro Universitário de Bauru, instituição fundada por sua

²¹ Julia Lindner e Mateus Vargas. Presidente da Capes pediu para o MEC acabar com incentivo a cotas na pós-graduação. OESP, 18/06/2020, <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-da-capes-pediu-para-mec-acabar-com-incentivo-a-cotas-na-pos-graduacao,70003368196>

²² Novo diretor da Capes diz em vídeo que ama dois homens: “meu filho e meu presidente”. Revista Fórum, 21.04.20,

Professor faz parte do grupo Docentes pela Liberdade, que quer “escola com partido”. Veja o vídeo em: <https://revistaforum.com.br/politica/novo-diretor-da-capes-diz-em-video-que-ama-dois-homens-meu-filho-e-meu-presidente/>

²³ Governo estuda fusão de Capes e CNPq e entidades reagem, SBPC, 11/10/2019, <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/governo-estuda-fusao-de-capes-e-cnpq-e-entidades-reagem/>

²⁴ CNPq decreta fim das bolsas de iniciação científica para ciências humanas. Boletim da AdUnB. 30.04.20, <https://www.adunb.org/post/cnpq-decreta-fim-das-bolsas-de-inicia%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-para-ci%C3%A4ncias-humanas>

²⁵ Nomeação da Capes representa "retrocesso histórico para ciência", dizem associações, Brasil de Fato, 20.04.21, <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/20/nomeacao-da-capes-representa-retrocesso-historico-para-ciencia-dizem-associacoes>

família e da qual foi reitora.²⁶ A indagação, pertinente, sobre o conflito ético de presidir uma instituição que irá avaliar uma instituição por ela dirigida e que possui nexos com os negócios familiares não foi considerada no ato da nomeação. É importante destacar que parte da bancada evangélica não se sentiu contemplada, levando o vice-líder do governo, deputado Marco Feliciano, a colocar o cargo à disposição.

A profunda descaracterização da CAPES veio acompanhada de imensa queda orçamentária, harmonizando a hostilidade da guerra cultural com o sufocamento orçamentário do neoliberalismo extremo. O orçamento da Capes, sem folha de pagamento, em preços de 2020, despencou de R\$ 7,7 bilhões em 2015 para R\$ 2.9 bilhões em 2021, sem considerar contingenciamento previsto, conforme estudo de Amaral²⁷. Para uma apreciação mais abrangente, o orçamento geral do MEC decresce de R\$ 118 bilhões em 2015 para aproximadamente R\$ 95 bilhões, o grosso em despesas obrigatórias (AMARAL, 2021).

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O difícil percurso do MEC e da CAPES no governo Bolsonaro é repetido no MCTI, e, em particular no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na Finep e no CNPq. Embora o lugar deste ministério na guerra cultural não seja tão protagônico, o campo da ciência, como discutido no presente texto, não pode vicejar de modo autônomo. As posições do governo não podem avançar com uma ciência eticamente comprometida, lastreada por recursos públicos relevantes, estáveis, planificáveis. E a maneira “menos ideológica” para debilitar o campo científico, além dos ataques simbólicos, é promover a desidratação orçamentária.

O Fundo mais importante para prover recursos para a área de ciência e tecnologia é o FNDCT que, por possuir diversas fontes orçamentárias, alcança somas expressivas, entretanto, há anos contingenciadas. Por isso, uma causa que empolga todas as entidades e a bancada em defesa da ciência e tecnologia é a mudança do FNDCT como um fundo contábil e financeiro não passível de contingenciamento. Em governos afins à ciência e tecnologia,

²⁶ . Sarah Teófilo. Reitores da USP, Unesp e Unicamp criticam nomeação de presidente da Capes. Correio Brasiliense, 19.04.21, <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/04/4919128-reitores-da-usp-unesp-e-unicamp-criticam-nomeacao-de-presidente-da-capes.html>

²⁷ Nelson Cardoso AMARAL. Dois anos de desgoverno – os números da desconstrução. A Terra é Redonda, 8/4/21, disponível em <https://aterredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-os-numeros-da-desconstrucao/>

contudo, não foi possível lograr tal conquista. No ano de 2020, o parlamento aprovou por ampla maioria, tanto no Senado quanto na Câmara Federal o PLP 135/2020. Este foi à sanção presidencial e se transformou na Lei Complementar (LC) 177/21 que proibiu a utilização de Reserva de Contingência para o FNDCT. A EC 109/2021 estabelece que os recursos não utilizados dos fundos infraconstitucionais nos exercícios de 2021-2022 e acumulado dos exercícios anteriores, ultrapassando R\$ 26 bilhões nos últimos cinco anos, podem ser retidos pelo governo e direcionados para a composição do superávit/déficit primário da União²⁸.

Desse modo, os recursos não reembolsáveis do FNDCT, isto é, recursos que são passíveis de financiar a infraestrutura de pesquisa das universidades públicas, especialmente por intermédio da FINEP, se mantêm em patamar baixo, alcançando pouco mais de R\$ 3 bilhões em 2015, antes da PEC 95/2016 e do governo Bolsonaro. Em 2021, o projeto de lei orçamentária alocou irrisórios R\$ 500 milhões, conforme Amaral (2021). A mesma tendência pode ser verificada nos recursos discricionários do MCTI: em 2015, somava R\$ 6,8 bilhões; em 2021, ínfimos R\$ 2,7 bilhões (a preço de 2020). O caso do CNPq é igual: 2015: R\$ 1,8 bilhão; em 2021, R\$ 1.04 bilhão (AMARAL, 2021). Todos os indicadores confirmam que o desmanche da área já está em estágio muito avançado e cuja reversão será complexa e longa em um cenário otimista, isto é, sem a continuidade do governo Federal vigente.

Universidades Federais

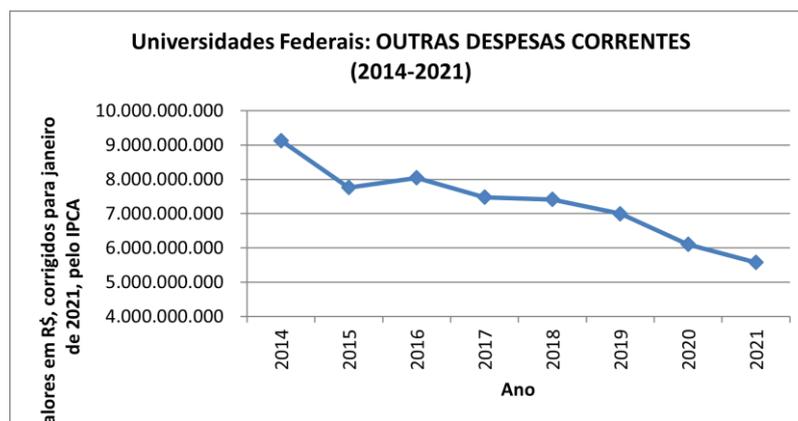
Como uma confluência de todas essas ofensivas, as sistemáticas intervenções no processo de escolha dos dirigentes das universidades federais confirmam que a orientação de desconstituição destas instituições possui método, contraditoriamente, a despeito do caos real. É evidente que Bolsonaro busca nomear interventores para cobrir o céu das universidades de medo e desalento, especialmente sobre sua comunidade interna. Ao mesmo tempo, está atuando para constituir uma relativa maioria, ocupando novas posições no tabuleiro do teatro de operações. Em abril de 2021, das 51 nomeações possíveis para o cargo de reitor ao longo do mandato de Bolsonaro, apenas 18 foram os vencedores da consulta. Isso significa que, paulatinamente, o número de reitores ilegítimos aumenta, alterando a correlação de forças na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES. Esse objetivo foi uma linha de força de todas as gestões do MEC (LEHER, 2020a). Desde a

²⁸ ICTPBR. Senador apresenta PEC contra retenção de recursos acumulados do FNDCT para uso do Ministério da Economia, 8/9/21, <https://ictpbr.com.br/2021/09/08/senador-apresenta-pec-contra-retencao-de-recursos-acumulados-do-fndct-para-uso-do-ministerio-da-economia/>

campanha eleitoral, em 2018, foi publicizada a ameaça de que reitores de esquerda não seriam bem-vindos e os marxistas não seriam nomeados. O ex-ministro Weintraub tentou ampliar o poder de intervenção por meio da Medida Provisória 914/2019 que, por não ter sido aprovada, perdeu sua vigência. A seguir, editou a MP 979/2020 com o objetivo de nomear reitores *pró-tempore* nas instituições durante a pandemia. Por ferir explicitamente o preceito da autonomia, foi devolvida ao presidente, sem ser apreciada.

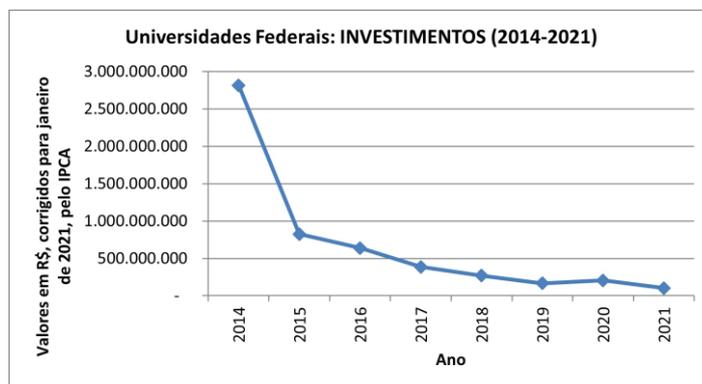
Também aqui, no contexto de governos progressistas, com toda polissemia da expressão, nada foi feito para alterar a forma de nomeação de reitores herdada da ditadura empresarial-militar e mesmo o STF, após expressivos tensionamento com o governo Bolsonaro sobre a questão, acabou cedendo ao texto da lei 9.192/95, mantendo a lista tríplice. Como nas demais esferas, a conjugação de guerra cultural com o neoliberalismo extremo vem golpeando de modo severo as universidades federais que, nacionalmente, não têm logrado força coletiva e possibilidade de interpelação à nação objetivando reverter a tendência destrutiva. Os indicadores orçamentários coligidos por Amaral (2021) expressam uma tenebrosa síntese da situação.

Gráfico 1



Elaborado por Amaral, 2021

Gráfico 2



(Amaral, 2021)

Elaborado por Amaral, 2021.

Conclusões

A cena da devastação promovida pelo governo Bolsonaro é, de fato, dantesca e brutal. O esforço de delinear muito parcialmente a destruição diligentemente construída pelo governo Bolsonaro pretendeu demonstrar que a macro mudança na Constituição Federal (EC 95 e, já no governo Bolsonaro, EC 103/2019, EC 109, acrescidas da PEC 32), guiada por uma *ratio* econômica neoliberal extrema, é indissociável dos preceitos da muito citada guerra cultural e que, inversamente, esta não teria o alcance que possui sem aquela. Os corolários desta síntese são muitos: o desmanche não é conjuntural, nem decorre da falta de compreensão do governo e do bloco no poder da importância da educação e da ciência em geral; o governo Bolsonaro conseguiu afrontar a autonomia universitária e a liberdade de cátedra, e logrou ampliar o espaço do negacionismo, não como ignorância, mas como política.

Conforme relatório de pesquisadores brasileiros, publicado em setembro de 2020 pelo instituto GPPi (*Global Public Policy Institute*), baseado em Berlim, e repercutido pela Carta Capital, os ataques e ameaças de violência contra pesquisadores compreendem: o tema que estudam; a abertura de processos disciplinares contra professores, principalmente por dirigentes ilegítimos nomeados sem apoio de suas comunidades; ameaças e cortes orçamentários a projetos não alinhados, e discursos do presidente da República e de ministros que deslegitimam a atividade acadêmica (extinguindo conselhos de assessoramento ao Estado com participação da comunidade científica) e instam seus apoiadores a denunciar

professores”²⁹. Não é possível esquecer que, após o segundo turno das eleições presidenciais, no final de 2018, a situação ficou tão grave que o STF teve de se pronunciar de modo firme e preciso sobre a liberdade de cátedra³⁰.

Diferente da crença amplamente compartilhada na sociedade e nos ambientes acadêmicos, o presente estudo desenvolveu análises que permitem concluir que o que está em curso no Brasil não é um “ponto fora da curva”. Muitas dificuldades enfrentadas no presente têm suas raízes na ditadura empresarial-militar e não foram removidas pela redemocratização. Temas como a falta de autonomia da área de ciência e tecnologia, escolha de reitores, possibilidade de contingenciamento, as consequências do modelo heterônimo da pesquisa no Brasil, o encolhimento das problemáticas de pesquisa desenvolvidas na universidade, afastando as instituições dos grandes problemas dos povos e dos desafios advindos dos problemas nacionais são ilustrativos do custo de não ter ocorrido uma ruptura acentuada com a “obra da ditadura”.

Seria um grave erro, todavia, não particularizar o período pós-2016 e, em especial, o governo Bolsonaro. A guerra cultural foi fortemente redimensionada a maior e qualquer análise de política educacional, e de políticas públicas em geral, não podem negligenciá-la.

Em decorrência da indissociabilidade entre a agenda doutrinária e a pauta econômica neoliberal extrema é preciso indagar sobre a possibilidade de os setores dominantes seguirem a agenda das ditas reformas (cláusulas pétreas para o andar de cima), porém rompendo com os preceitos da guerra cultural. As manifestações recentes da ABAG e da Febraban, embora

²⁹ Relatório aponta sério risco à liberdade acadêmica no Brasil. DEUTSCHE WELLE. Carta Capital, 22.09.20, <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relatorio-aponta-serio-risco-a-liberdade-academica-no-brasil/>.

³⁰ Carneiro, L.. O.; Teixeira, M. STF faz defesa da liberdade de expressão e autonomia universitária. Jota, 7 nov. 2018. <https://www.jota.info/eleicoes/stf-liminar-defesa-enfatica-autonomia-universitaria-31102018>. Acesso em: 10 set. 2019.

esquivas, anunciam disposição de algum redimensionamento no engajamento do bloco no poder na referida guerra cultural. Entretanto, como discutido ao longo do texto, a pauta econômica das chamadas reformas é, intrinsecamente, carregada de seus preceitos ideológicos. O exemplo de como a EC 109 altera o FNDCT é elucidativo sobre isso. É inevitável a conclusão final de que somente quando a classe trabalhadora, em toda sua polissemia e diversidade, protagonizar a cena histórica, afirmando sua própria agenda, será possível redefinir, em profundidade, as amarras entre o capitalismo dependente e as determinações e disposições da guerra cultural. São estes os dilemas que transtornam o complexo ano de 2021.

Referências bibliográficas

AMARAL, N. C. Dois anos de desgoverno – os números da desconstrução. *A Terra é Redonda*, 8/4/21, disponível em <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-os-numeros-da-desconstrucao/>

BRASIL. Decreto n. 10.134/2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10134.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.134%2C%20DE%2026,Investimentos%20da%20Presid%C3%AAncia%20da%20Rep%C3%BAblica.

BRASIL Decreto 10.502/2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>

COSTA I. C., Marxismo cultural, um fantasma ronda a história. *Outra História*, 4/10/19. Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/marxismo-cultural-um-fantasma-que-ronda-a-historia/>, acesso em 25/07/21.

FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* SP: Expressão Popular, 2020. (1ª. ed 1975, São Paulo: Ed Alfa-Ômega).

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Um ensaio de interpretação sociológica. 5ª. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2008. (1ª Ed Rio de Janeiro: Zahar, 1975).

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 (a). (1ª Ed Rio de Janeiro: Zahar, 1968).

FOPROP - lança nota referente Portaria nº 34/2020 da CAPES, 23.03.2020, <http://www.prgp.ufpb.br/prpg/contents/noticias/foprop-lanca-nota-referente-portaria-no-34-2020-da-capes.>

GUTERMAN, M. *A moral nazista*: Uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler. Tese de doutorado, FFLCH/USP (História Social), 2013.

HAYEK, F. A. Os princípios de uma ordem social liberal In: CRESPIGNY, A.; CRONIN, J. (orgs.) *Ideologias políticas*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

ISHIBASHI S. A invenção do "marxismo cultural" e do "politicamente correto", e seu uso pela ultradireita e militares no Brasil. *Esquerda Diário*, 29/09/2019.

KÖEHLER J. El alumno modelo. Joseph Goebbels en sus diarios. *Revista de Libros*, 12/6/2019, <https://www.revistadelibros.com/los-diarios-de-joseph-goebbels/>

LEHER, R. Universidade pública federal brasileira: Future-se e -guerra cultural- como expressões da autocracia burguesa. *Educação & Sociedade.*, v.42, p.1 - 19, 2021b.

LEHER, R. O ANDES-SN e o autogoverno da universidade pública. *Universidade & Sociedade* (BRASÍLIA), v.31, p.20 - 35, 2021a.

LEHER, R. 'Vouchers' educacionais: encontro de fundamentalismos na ofensiva contra a escola pública. *Carta Maior*, 24/01/2020d, Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEducacao%2F-Vouchers-educacionais-encontro-de-fundamentalismos-na-ofensiva-contr-a-escola-publica%2F54%2F46349>

LEHER, R. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro In: REBUA, E.; COSTA, R. et al. *Educação e (Neo)Fascismos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020c, v.1, p. 1-32.

LEHER R. Darwinismo social, epidemia e fim da quarentena: notas sobre os dilemas imediatos. *Carta Maior*, 29/03/2020b, disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Darwinismo-social-epidemia-e-fim-da-quarentena-notas-sobre-os-dilemas-imediatos/4/46972>

LEHER, R. Guerra cultural e universidade pública. In: GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. *Future-se: -se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado*. São Carlos, São Paulo: Diagrama Editorial, 2020a, v.1. p.45.

LEHER, R. *Universidade e heteronomia cultural*: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, Brasil: Consequencia, 2018.

LEHER, R.; SILVA, S. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. *Revista Universidade e Sociedade*, 54, Andes-SN, agosto, 2014.

MATTOS, M.B. *Governo Bolsonaro*: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. SP: Usina Editorial, 2020.

MEC, SEB, Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. *Regulamento das Escolas Cívico-Militares*, 1 ed. 2020, disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/respostapedidoecimfinal.pdf>

MIGUEL, L.P. *O colapso da democracia no Brasil* – da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular, 2019.

PEDRETTI L., Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura.

Agência Pública, 30/08/2021. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2021/08/30/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/>, acesso em 02/09/21.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010.

THOMPSON, I. R. *Culture War and Enduring American Dilemmas*. University Michigan Press, 2010.